A Pequena África chamada Alagoas

(*) Arísia Barros

Datado dos fins do século XVI - o Quilombo dos Palmares - o maior de todos os quilombos - foi berço de uma das maiores riquezas que o estado de Alagoas herdou: a chamada diversidade, o pluralismo cultural e étnico. Formado por segmentos marginalizados pela escravocracia: negros de diversas regiões da África - com diferentes costumes e uma enorme variedade de línguas - a negros nascidos no Brasil e aculturados pela cartilha dos brancos. Ao lado desses negros, embora em número bem restrito, moravam ainda ex-escravizados, povos indígenas e até alguns brancos. - Palmares chegou a ter 20 mil habitantes e se constituiu em uma das primeiras sociedades econômica e socialmente viável e auto-sustentável. Um verdadeiro estado negro dentro da colônia portuguesa.

Ganga Zumba, Zumbi foram reis em Palmares. Zumbi faz parte do panteão dos heróis nacionais. Ícone da história - o herói negro- é despertado pela esporádica memória nacional do dia 20 de novembro - Dia da Consciência Negra- entretanto como a história afro-brasileira não pode e não deve ser estática é imprescindível perguntar: Como é vivida e vista a realidade da exclusão racial no estado alagoano, nos outros 364 dias do ano?

Em pesquisa recente, devido ao fosso de miséria e das desigualdades sociais, Alagoas, foi alcunhada como "Pequena África", minimizando e estereotipando a imagem do continente africano (A África é um continente de 56 países e ilhas).

É preciso construir aproximações dialógicas e pedagógicas entre o momento histórico da luta palmarina e a história real focada na capacidade do racismo reinserir-se no cotidiano social, pavimentando os caminhos dos ideais de hegemonia que demarcam e orientam as condições da existência do elemento negro no estado brasileiro dito miscigênico - o último a abolir o regime escravocrata e o país com a segunda maior concentração de população negra do mundo.

É preciso flexibilizar mentalidades e comportamentos e assim nortear com novas práticas a cultura política do estado alagoano resgatando a história de organicidade, sustentabilidade e liberdade que os Quilombos dos Palmares (nossa Pequena África positiva) legou ao mundo.

De maneira direta e crua diremos que a omissão em relação à história negra na terra da liberdade produz um oceano de aprisionados históricos. O excesso de melanina pinta a cor da miséria dos afro-alagoanos.

Emprestando um trecho do artigo: As Bantas Coisas de Alagoas, do Professor Bruno César Cavalcanti: "Porque a pobreza herdou os negros alagoanos, e deu uma cor escura à pele da miséria. Esta gente apelidada de povo, mas, contudo sempre exibida num corpo desossado como um polvo".

Só o conhecimento preenche o silêncio da ignorância.

Quantos meninos e meninas na escola alagoana são brutalmente agredidos por conta

da sua cor e aparência? São tantas e tão cotidianas as posturas racistas que os fatos se confundem e se misturam. Caso corriqueiro que de tão corriqueiro é visto como normal. Mariazinha tem 10 anos e é aluna de escola pública de um dos muitos bairros periféricos da grande Maceió. Escola de periferia onde a escassez de bens materiais dita uma outra regra da Carta Magna: todos são iguais dentro da pobreza. Mariazinha está se formando na 4ª série do ensino fundamental. É a conquista de uma etapa e a escola ensaia uma cerimônia de formatura, saída festiva para meninos e meninas. Mariazinha está feliz, pois algum daqueles meninos irá escolhê-la para dançar a dança da despedida da infância, imaginem: uma valsa!

No dia seguinte Mariazinha já não tem mais o sol colado em lábios, o sorriso sumira e inexplicavelmente diz à mãe que desistira da formatura. A mãe ensimesmada procura à escola e fica triste, tão triste quanto Mariazinha: nenhum menino da escola - da terra negra do herói Zumbi - escolhera a sua menina tão linda para ser par. E a discriminação racial se disfarça no jogo do faz de contas e empresta às consciências infantis conceitos datados do Brasil Colônia. Ela é da cor de carvão, ela não é bonita, ela tem cabelo de bombril, portanto sua cotação na ótica de crianças tão pobres quanto ela, mas com a pele "mais" clara é zero a esquerda.

Mariazinha faz parte de dois grupos altamente discriminados: as mulheres e os negros.Negros não tinham muita ressonância no Brasil dos nossos prosaicos colonizadores portugueses. È negra a menina Mariazinha que sonhou com sua festa de formatura e não a teve. É negra a menina Mariazinha que não recebeu nenhum apoio pedagógico/psicológico da escola, simplesmente porque a escola não soube e ainda não sabe o que fazer nessas horas. Seria mais fácil apagar um incêndio, pois o mecanismo de apagar o fogo é conhecido por gerações. Mas como apagar a fogueira do racismo que refaz as máscaras e armaduras numa permanente negativação/ apagamento dos elementos étnicos e das matrizes que nos formam, empobrecendo a compreensão sobre a etnia negra e toda força dos ideais humanitários. A escola não soube o que fazer, as professoras nada fizeram, a diretora se omitiu e Mariazinha não teve sua formatura. Branca é a Branca de Neve, a Cinderela, a Gata Borralheira - princesas dos contos de fadas do universo infantil. A auto-estima de Mariazinha- dita diferente- vazou por entre as frestas da intolerância infantil. Tem que ser a "nega maluca" a boneca que habita o universo das meninas negras?

A convivência com a visão imperialista e colonizadora da escravidão naturalizou a exclusão de negros e negras e legitimou a sua condição de não-pessoa na ótica social, embaçando assim o pensamento crítico, a visão da diversidade e a real percepção do Brasil dito miscigênico, mesmo tendo quase 50% da população negra adota o fenótipo do colonizador: homem, branco,magro, cristão e europeu.Quem há de gritar o indizível sofrimento, o grito das muitas Mariazinhas que são violentadas diariamente na perca da auto-estima? A tendência da engrenagem social/escolar diante de fatos como esse é a emonstração de uma solidariedade minimizadora ou o não reconhecimento da gravidade do fato, considerando-o como "brincadeira de crianças", entretanto, mais do que gestos bonitos ou a própria negação do acontecido, precisamos de ações transformadoras. É preciso aproveitar a intolerância para transformá-la em ações efetivas de enfrentamento à prática da discriminação racial.

Precisamos deixar de lado a indulgência para discutir e desenvolver estratégias pedagógicas/sociais para o combate dessa pandemia. Os números da pobreza, da exclusão social giram em torno da questão negra, entretanto é mais fácil falar em pobre como termo genérico, do que encarar que o racismo, a falta de igualdade de oportunidades fundadas em estereótipos sociais são fatores relevantes que intensificam a marginalização e criam o indicativo da pobreza negra.

Mesmo sendo o segundo país mais negro do mundo, o Brasil ainda alimenta o universo corrosivo e impiedoso da discriminação em relação à cor da pele.

Não se pode tratar de miséria e exclusão, no Brasil, sem levar em conta a variável racial e de gênero. Segundo o IPEA/IBGE-2001 Do total de pobres brasileiros, 63% são negros. 18,2% dos negros com 15 anos ou mais são analfabetos, enquanto, entre os brancos, esse percentual é de 7,7%. Os negros estudam, em média, 4,7 anos, já os brancos, com a mesma idade, atingem 6,9 anos de estudo. 21,6% dos negros possuem aparelhos celulares, enquanto 38,9% dos brancos possuem o aparelho. Do total de mulheres, 17% são trabalhadoras domésticas, sendo 57% negras. Apenas 9,2% das mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas no Norte e no Nordeste têm carteira assinada. Precisamos construir intervenções radicais no território do corporativismo eurocêntrico.

Alagoas não põe escuta na amplitude da história das Alagoas. Ainda hoje a história positiva da África foge dos saberes populares, dos livros escolares, das relações humanas da terra dita dos Marechais. Alagoas não conhece Alagoas!

O racismo é hegemônico: igualiza pessoas pela cor da pele para depois excluí-las.

A condição fundamental para combater a exclusão social da população negra é a criação de elementos que dialoguem com a diversidade étnica, agendas de governos que busquem fundamentar políticas públicas com a ótica da multiplicidade do povo brasileiro. A visão de um "todo" social subtrai o conhecimento de histórias, leva ao desconhecimento de fatos, atrofia e atropela inúmeros processos de crescimento sociais e étnicos. Rouba da contemporaneidade escolar limites e possibilidades de contar novas histórias. A falta de conhecimento torna o racismo arrogante.

O estado político alagoano urge por criar discursos comprometidos com o compromisso internacional assumido em 2001, na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR) em Durban, África do Sul - 2001. Criar espaços para o debate social, a discussão cidadã sobre a história positiva do povo negro no Estado alagoano e assim fortalecer as conquistas na luta pela igualdade racial, implementando direitos específicos que diminuam o impacto do racismo na qualidade de vida da população negra alagoana.

O Brasil miscigênico impõe um silêncio secular sobre comportamentos discriminatórios norteados pelos aspectos socioculturais ideológicos presentes no processo de interação humana. O racismo captura a consciência das pessoas.

Não há consciência sem conhecimento.

São muitos os caminhos que nos levam a questionar quais são as estratégias para restaurar o figurino mal-ajambrado dos currículos escolares?

Dia de aula cívica - e sem a mínima metodologia ou proposta pedagógica - a tia pergunta aos pequenos e pequenas qual a cor de pele de cada um/uma?

A menina do alto dos seus nove anos, os cabelos presos em tranças com adereços multicolores, um belo sorriso de dentes com falhas infantis, a pele segundo o IBGE é parda, e a linda menina que ensaia com passos titubeantes a sua auto-construção identitária, levanta o bracinho e solta de supetão: Eu sou morena-branca!

A mestra - responsável pelo agregamento e formação de valores - num misto de indisfarçável incompreensão ri o riso da turma. É a mesma garota que confusa em anos anteriores dissera à tia que se considerava negra. E a professora entabulando um diálogo com a democracia racial dos anos 30 impôs à criança consensos e conclusões sociais, transformando um econômico argumento pessoal em intervenção pedagógica: negra não! Você é moreninha! Não é fácil assumir-se negro no Brasil!

A professora na ausência do conhecimento da etnicidade perdeu uma grande oportunidade de trabalhar junto com a turma o processo de construção da diversidade étnica e cultural como um território rico em descobertas.

O morena-branca da garota aparece como metáfora da não existência.

Atropelado pelos conceitos construídos socialmente o negro/negra brasileira se auto-nega, fugindo de sua origem étnica e consolidando esse processo, o estado brasileiro adota fórmulas domésticas de combate à discriminação racial: invoca o mutismo histórico como estratégia para disfarçar o desconforto em atacar o racismo de frente. O racismo é híbrido!

E lembro de depoimento de uma adolescente negra ao preencher um formulário diante do quesito cor: Sei que branca eu não sou, afinal qual é a minha cor?

A escola brasileira consegue estabelecer um parentesco consangüíneo com as concepções da dominação colonial, construídas a partir de uma colagem eurocêntrica, inviabilizando a existência do povo negro. O agravante no processo histórico/educacional é a naturalização do racismo. Existe algo de errado num mundo/escola, país-50% africano - em que as pessoas buscam uma hegemonia ariana. Qual a Alemanha que vive em nós: a de antes ou depois do muro? A escola brasileira precisa traduzir em seu currículo a observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano. Criar histórias positivas dos povos ditos diferentes: negros/negras, indígenas fundamentando um olhar cúmplice sobre o sentido cíclico da história da humanidade. Só o conhecimento quebra as fronteiras do preconceito, traduzindo uma escolarização capaz de romper com a consolidação de estereótipos sociais. Não há consciência sem conhecimento, sem reflexão.

Portanto, torna-se imprescindível formular políticas públicas que estimulem a igualdade das condições desiguais. O combate ao racismo se faz através da educação e de distribuição de renda. A escola é o palco de engajamento para reaprendizagem de padrões comportamentais que levem a uma sociedade mais justa e igualitária. Ao omitir-se em trabalhar a diversidade étnico-racial as instituições escolares fecham as portas para muitas culturas, marginalizam outras, empobrecem o alcance do olhar e sobretudo cria estofo para o preconceito.

Se não somos racistas porque foi necessário a criação de uma lei para introduzir no ensino das escolas brasileiras o estudo da matriz cultural africana ?

Quanto maior é a convivência com a diversidade mais rica e acolhedora é a interação entre os diferentes. Urge a aplicabilidade de novas práticas pedagógicas que contribuam para superação das discriminações racial e de gênero, tanto na linguagem como na imagem e no processo de construção da identidade do negro/negra e dos povos indígenas, ciganos estabelecendo assim uma pedagogia que sinonimize com educação libertadora que seja anti-discriminatória, dotadas de valores éticos que nos permitam transmitir as concepções pedagógicas, alicerçadas na legislação federal nº10.639/03- um dos instrumentos de ação afirmativa e política pública de inclusão

social -que cria a obrigatoriedade de todas as escolas brasileiras trabalharem a História da África e dos afro descendentes no currículo escolar.

(*) Arísia Barros é professora, publicitária e coordenadora do Núcleo Temático Identidade Negra na Escola da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Estado de Alagoas.